

Ano XXVII nº 6767 – 24 de fevereiro de 2023

Banco do Brasil anuncia novo Código de Ética, com avanços nos conceitos de assédio moral e sexual



A presidenta do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, informou que a empresa terá um novo Código de Ética. A previsão é que o documento seja lançado em março, após passar pelas aprovações do Conselho Diretor (CD) e do Conselho de Administração.

“O que temos de informações, adiantadas pela assessoria do banco, é que o Código traz avanços para os conceitos de assédio moral e sexual, com exemplos de histórias reais. O documento também estaria com uma linguagem mais modernizada e humanizada, com

foco na diversidade”, destaca a funcionária do BB e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) na Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), Fernanda Lopes.

Ao anunciar que está sendo desenhado um novo Código de Ética para o banco público, a presidenta do BB afirmou ainda que a sua gestão “não vai tolerar desrespeito, discriminação ou assédio de qualquer natureza” e que haverá a valorização de “diálogo e escuta ativa”.

Fernanda Lopes avalia que as palavras de Tarciana, sobre a atualização do Código de Ética, apontam que a nova administração do BB se mostra aberta às pautas dos trabalhadores. “Vamos aguardar a publicação do documento e esperamos que, realmente, esteja alinhado às demandas que diversas vezes foram colocadas em discussão com a empresa. O assédio, moral ou sexual, é uma prática que precisa ser coibida de todas as maneiras. Temos que destacar também que a cobrança de metas abusivas, nos últimos anos, contribuiu em muito para a escalada do assédio moral sobre os empregados do BB. Portanto, uma das formas de atacar esse tipo de violência é discutir a forma como as metas e as cobranças sobre elas são decididas pela empresa”, pontua Fernanda Lopes.

Em ofício, Contraf-CUT cobra metas sobre emprego ao Banco Central

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) enviou ofício ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na última sexta-feira (17).

No documento, a Contraf-CUT questiona quais as medidas adotadas pela autarquia para garantir o pleno emprego e o crescimento econômico no país. O ofício lembra que essas são também obrigações que estão presentes na Lei Complementar 179/2021, em parágrafo que descreve as atribuições do Banco Central.

A presidente da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, explicou que “os dados sobre o impacto da política monetária sobre o emprego, que são fundamentais para toda a sociedade, nunca estão presentes nas atas publicadas pelo Copom, o Comitê de Política Monetária do BC”. E completou:

“Comprovando novamente que, ao longo dos anos, o Banco Central vem servindo apenas aos interesses dos rentistas do mercado financeiro, dos ricos que usam seus recursos para comprar títulos e viver de especulação. Os interesses da população estão sendo ignorados”.

A taxa básica de juros (Selic), mantida em níveis elevados pelo Banco Central, acaba gerando menos investimentos nos setores produtivos do país e, conseqüentemente, acarreta a diminuição da oferta de empregos.

A Contraf-CUT ainda destaca que, além de colaborar para a recessão e desemprego, a manutenção dos juros elevados não foi capaz de conter os níveis de inflação dentro das metas estipuladas, nos últimos dois anos, “haja vista, que o índice de inflação registrado tem sua origem em preços administrados e, também, em externalidades, tais como o conflito bélico entre Rússia e Ucrânia e nas mudanças climáticas globais”.

